



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

QUILOMBO E SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES PARA O DEBATE.

MÁRCIA REGINA GALVÃO DE ALMEIDA¹

ELAINE FERREIRA DO NASCIMENTO²

MARIA RAIMUNDA PENHA SOARES³

RESUMO

O artigo aborda a importância da temática étnico-racial no Serviço Social para uma intervenção qualificada junto às comunidades negras e quilombolas. A metodologia é qualitativa e a pesquisa bibliográfica, o principal método de pesquisa. No Serviço Social brasileiro, a questão étnico-racial é incipiente na formação profissional devendo ganhar visibilidade para o exercício profissional crítico.

Palavras-chaves: Serviço Social. Étnico-racial. Quilombo.

ABSTRACT

The article addresses the importance of ethnic-racial issues in Social Service for qualified intervention with black and quilombola communities. The methodology is qualitative and bibliographical research is the main research method. In Brazilian Social Services, the ethnic-racial issue is incipient in professional training and must gain visibility for critical professional practice.

Keywords: Social Work. Ethnic-racial. Quilombo.

INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas no Brasil existem desde a chegada dos primeiros escravizados nas terras brasileiras. No período escravagista os quilombos eram perseguidos e destruídos, atualmente, as comunidades vêm sofrendo com violências e negações de seus

¹ Universidade Federal do Piauí

² Universidade Federal do Piauí

³ Universidade Federal Fluminense



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

direitos. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo demonstrar a importância da temática étnico-racial quilombola dentro do Serviço Social para uma prática pautada na diversidade étnico-racial brasileira e uma intervenção mais qualificada junto às comunidades quilombolas.

O trabalho se justifica pela pouca atenção dada ao assunto nos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social, tanto pela falta de disciplinas obrigatórias, quanto pela baixa produção acadêmica publicada nos diversos meios de comunicação científica. Importante salientar, que a decolonialidade auxilia na desconstrução de verdades nos ensinadas como absolutas na formação educacional, e, que, habitam a nossa subjetividade a serviço de um projeto de sociedade totalmente excludente. Dessa forma, reflexões decoloniais como o eurocentrismo, a ideia de raça vinculada a um projeto de dominação, a colonialidade do poder, do ser e do saber, dentre outros, enquanto instrumentos de críticas e de transformação são importantes para que se repense a formação educacional destes e dos demais profissionais.

A metodologia deste trabalho é qualitativa, pois a pesquisa qualitativa, ou seja, a análise integrada e não quantificada, permite a melhor compreensão do fenômeno a partir do contexto de acontecimento e, tem, como principal método de pesquisa, a bibliográfica.

O trabalho se divide em três tópicos principais, o primeiro trata de maneira geral da história do Serviço Social no Brasil e no mundo, o segundo, aborda a temática étnico-racial no Serviço Social brasileiro e, o terceiro, explana a importância da temática da questão étnico-racial quilombola dentro do Serviço Social.

Breve contextualização do Serviço Social no mundo e no Brasil

Para compreender a atual situação do Serviço Social brasileiro quanto à temática étnico-racial é relevante que se faça um apanhado histórico de sua constituição, em âmbito mundial e local, a fim de elucidar os principais movimentos históricos, teóricos e metodológicos que estruturam o Serviço Social.

A Revolução Industrial trouxe uma série de mudanças em todos os âmbitos da vida em sociedade e, para responder às questões sociais decorrentes desse marco histórico, entre o final do século XIX e início do século XX, surge o Serviço Social. Ligado a instituições filantrópicas e religiosas, o Serviço Social teve sua prática muitas vezes associada à caridade e ao voluntariado.

Por mais que a revolução industrial tenha atingido, especificamente, o modo de produção dentro das fábricas, suas influências foram sentidas e estruturaram todas as relações no novo sistema econômico, o capitalismo. Para Coggiola (2010):

A Revolução Industrial não deve ser entendida só como um conjunto de inovações técnicas, novas máquinas e novos procedimentos de produção, mas como uma alteração estrutural da sociedade, determinada pela substituição da ferramenta pela máquina, em um processo que concluiu na consolidação do capitalismo como modo de produção dominante. Foi responsável pela separação definitiva entre o capital e o trabalho, pela consolidação do trabalho assalariado, pelo controle da burguesia capitalista sobre a produção e pela formação de uma nova classe social, o proletariado. (Coggiola, 2010, pg.01).

O debate sobre a gênese do Serviço Social traz perspectivas contraditórias, que levam a dois locais distintos. Alguns pesquisadores trazem o surgimento a partir de ações sociais em resposta “às relações produtivas oriundas da Revolução Industrial, na Inglaterra, outros/as a demarcam a partir da mirada para a ciência, ocorrida do outro lado do Atlântico, em solo estadunidense, efetivamente deslocada do caráter assistencial e do voluntariado inglês” (Goin, 2021, p. 339). Se partir da ideia de que a realidade social é contraditória:

[...] o Serviço Social tem construído movimentos de rebeldia contra a ideologia conservadora do capitalismo industrial que o instituiu. Assim, tem-se a formulação de movimentos de reação profissional e política, mais abrangente ou menos abrangente, em diversas partes do mundo, para se contrapor aos impactos negativos da exploração capitalista sobre a maioria da população que vive do trabalho (SILVA, 2019, p. 287).

Com a criação de cursos nas universidades e a constituição de teorias e práticas, o Serviço Social percorreu na primeira metade do século XX uma institucionalização crescente, surgindo as primeiras escolas de Serviço Social com influência da igreja Católica: “Alemanha (1899), França (1907), Suíça (1908), Suécia (1910), Áustria (1912), Finlândia (1918), Noruega (1920) e Bélgica (1920)” (Souza, Cruz, Cruz, Silva, 2024, p, 2376), Chile (1925), Argentina (1930), Portugal (1935), Brasil (1936) e Colômbia (1926).

Após a Segunda Guerra Mundial, o Serviço Social expandiu-se globalmente, influenciado por contextos diversos, como o Estado de Bem-Estar Social na Europa e movimentos de descolonização na África e na Ásia. Na América Latina, a profissão foi marcada por uma busca pela identidade própria e pelo compromisso com as causas sociais e políticas, muitas vezes em aliança com movimentos sociais e lutas por direitos humanos, conhecido como Movimento de Reconceituação que, como afirma Silva (2019).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Entre essas reações, possivelmente a maior e mais profunda tenha sido o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina com ampla repercussão no Brasil, possibilitando a formulação de um Projeto Profissional Ético-Político que se fundamenta em corpos teóricos críticos, especialmente no campo teórico marxista e no método crítico-dialético. (SILVA, 2019, p.287).

Na sua história, o Serviço Social incluiu em suas pesquisas e ações diversas áreas de atuação, como, a educação, a saúde, a justiça, a assistência social, os direitos humanos, sempre tendo como objetivo principal a promoção de bem-estar e justiça social para toda a população, em especial, de pessoas em situação de marginalização e vulnerabilidade o que requer uma prática qualificada constante dos profissionais para atender essas necessidades ocasionadas pela desigualdade social do sistema capitalista. Sendo assim:

Os assistentes sociais realizam uma ação de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los. Contribuem para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização de segmentos de trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos. Afirma-se o compromisso com as necessidades e direitos dos sujeitos com que se trabalha, na defesa da qualidade dos serviços sociais. (IAMAMOTO, YASBEK, 2019, p. 41).

O cenário social brasileiro passou por intensas transformações políticas e socioeconômicas que configuram o contexto do país e que marcam o início da história do Serviço Social no Brasil na década de 1930, “na chamada “Era Getúlio Vargas”, vinculado a Igreja Católica, pautado no caráter missionário e da caridade”. (Silva, 2007, p. 269).

O período caracterizado pela industrialização e urbanização trouxe novas demandas sociais, onde Estado e a sociedade civil organizada interviram na situação. Com isso, a Igreja Católica teve um papel fundamental na formação dos primeiros profissionais de Serviço Social, em especial, “as “moças da sociedade” devotadas ao apostolado social, norteadas inicialmente pelo referencial teórico europeu” (Silva, 2007, p. 269). Essas profissionais foram formadas na Escola de Serviço Social de São Paulo, criada em 1936.

A profissão de Serviço Social só foi regulamentada no ano de 1957 com a Lei 3.252, porém, o questionamento sobre essas influências políticas, teóricas e do modelo tradicional de intervenção, baseado em abordagens tecnocráticas e assistencialistas pelo qual vinha conduzindo o Serviço Social no Brasil, fez com que profissão passasse por transformações significativas na década de 1960. Questionamentos surgiram por conta do movimento mundial de renovação do Serviço Social e do contexto histórico, social e político brasileiro. Assim, o movimento que buscou



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

uma prática profissional crítica e comprometida com a questão social foi o Movimento de Reconceituação. Gomes (2015), adverte que,

O Movimento de Renovação do Serviço Social no Brasil não foi homogêneo, compreendendo diferentes tendências teórico-metodológicas e distintas propostas políticas. Netto (1994) distingue três direções no contexto da Renovação do Serviço Social: 1) a modernizadora, 2) a de reatualização do conservadorismo e 3) a de intenção de ruptura. É importante ressaltar que tanto na primeira tendência, fundada no estrutural funcionalismo como na segunda baseada na fenomenologia estão ainda no horizonte do conservadorismo político, isto é: as mudanças almejam o horizonte da sociedade capitalista. Embora muitos trabalhos tenham sido realizados na perspectiva modernizadora no contexto do Regime Militar é a perspectiva de intenção de ruptura que vai, gradativamente, se colocando como hegemônica (GOMES, 2015, p. 4).

Para o autor, a perspectiva de intenção de ruptura passou por dois processos de constituição. O primeiro, a crítica da prática institucional como reprodutora do *status quo* a partir da elaboração de práticas alternativas em parceria com as comunidades e movimentos sociais. O segundo foi o resgate da inspiração marxista feita por Iamamoto e Carvalho (1993). Das duas formas, a intenção foi “redimensionar a prática profissional no sentido de uma atuação mais ampla e com uma direção política definida no sentido da transformação social, atendendo os interesses das classes mais empobrecidas” (GOMES, 2015, p. 4).

Na ditadura militar (1964 -1985), o Serviço Social passou por um processo de expansão e consolidação, enfrentando significativos desafios, especialmente, pela censura na atuação dos profissionais e da repressão política, porém, na luta pela democracia e direitos humanos, houve um fortalecimento e resistência da consciência crítica na profissão.

No período da crise da ditadura o Serviço Social vive um descompasso: ao mesmo tempo em que dispõe de condições materiais para dar o salto necessário visando responder ao avanço das lutas pelos direitos sociais e políticos, carecia de massa crítica para embasar uma autorrenovação nesses rumos. Dessa maneira, no universo do Serviço Social realizou-se um esforço de articulação entre a história do país, a crítica do conhecimento e a profissão, que passa a presidir o debate brasileiro no âmbito da tradição marxista (IAMAMOTO, 2017, p. 26).

O Brasil passou por um intenso processo de redemocratização e, com a Constituição Federal (CF) de 88, o Serviço Social teve um novo avanço, principalmente, no âmbito dos direitos humanos, assistência social, educação e saúde, áreas que também sofreram avanços com a Carta Magna. O papel do Serviço Social foi consolidado pela Lei de Regulamentação da profissão, nº 8.662/93 que instituiu os requisitos para o exercício da profissão, competências, atribuições privativas, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), Carteira de Identificação Profissional e Código de Ética.

Nos anos seguintes, o Serviço Social brasileiro, mesmo enfrentando desafios e adaptando-se às mudanças em todos os níveis da vida social, continuou se desenvolvendo. Foram elaboradas as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social (MEC, 1999), que definiu o perfil profissional de Serviço Social, as competências e habilidades, princípios de formação, grade curricular dos cursos de formação superior, direcionando os profissionais para manter o compromisso na luta contra as desigualdades sociais, a defesa da justiça social, dos direitos humanos e de uma sociedade equitativa e justa.

Mesmo assim, ainda existe temáticas que estão fora da grade curricular obrigatória dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social e que são estruturantes da organização social brasileira, desde sua constituição até o presente momento, como no caso, as relações étnico-raciais, em especial, a questão social quilombola.

Situação do debate étnico-racial no Serviço Social

O aumento da exploração e da desigualdade e das vulnerabilidades daí decorrentes, por conta das transformações sociais e econômicas ocasionadas pela Revolução Industrial, fez com que a questão social emergisse como conceito relevante, “pois a questão social diz respeito ao conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura” (IAMAMOTO, 2001, p. 16).

Os assistentes sociais, cotidianamente, analisam e intervêm nas expressões da questão social, ocasionadas pela intensa desigualdade entre as classes sociais. A reflexão e as intervenções feitas por esses profissionais sobre a questão social devem considerar uma prática crítica, pois “a questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

O histórico da questão social no Brasil é marcado por um cenário de escravidão, desigualdade, concentração de poder e renda. As condições de vida da população brasileira são reflexos diretos das transformações políticas e econômicas que assolaram as terras “pindorâmicas” desde a colonização aos dias atuais. A partir da década de 1990:

[...] o projeto profissional do Serviço Social colocou a questão social e o processo de trabalho como centralidade da formação em função da revisão curricular determinada pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996). Na verdade, tal centralidade é decorrente de mudanças preconizadas desde 1992, no sentido de garantir a eficácia e a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

efetividade do currículo mínimo vigente. Desde logo, entendemos que existe uma vinculação entre o Serviço Social e a questão social a qual não se deu por acaso, mas resultante de uma relação histórica (Silva, 2013, p. 264).

Tendo como foco as expressões da questão social, seja na pesquisa ou na intervenção, possibilita o profissional pesquisar e atuar em diversas áreas, como assistência social, educação, saúde, justiça, habitação, relações de gênero, questão étnico-racial, dentre outras.

Porém, nem todos os temas são contemplados com a mesma importância, como a temática étnico-racial. Em pesquisa realizada, em 2023, no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA das Universidades Federais da região Nordeste, por esta pesquisadora, a questão étnico-racial está como disciplina obrigatória em apenas dois cursos de graduação em Serviço Social das nove Instituições Federais. Somente as Universidades Federais da Bahia e do Maranhão (UFBA-UFMA) têm disciplinas com a questão étnico-racial como obrigatórias, apenas 22,2% do total. As Universidades Federais do Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba (UFPI, UFRN, UFP, UFPB) contam com disciplinas com a temática de forma optativa, sendo 44,4% das 9 universidades da região. As Universidades Federais de Sergipe e Alagoas (UFSE, UFAL) não contam nem com disciplinas obrigatórias nem optativas sobre o tema em questão em sua grade curricular, correspondendo a 22,2% das universidades. A Universidade Federal do Ceará (UFCE), não dispõe do curso de Serviço Social, correspondendo a 11,2% do total de universidades. O referido curso é ofertado na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

A falta de disciplinas obrigatórias sobre a temática étnico-racial nos cursos de Serviço Social das Universidades Federais, da região nordeste, pode ser um desdobramento das próprias Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social de 1999, que colocam como tópicos de estudo: Sociologia, Teoria Política, Economia Política, Filosofia, Antropologia, Psicologia, Formação Sócio-histórica do Brasil, Direito e Legislação Social, Política Social, Desenvolvimento Capitalista e Questão Social, Classes e Movimentos Sociais, Fundamentos Históricos e Teóricos- Metodológicos do Serviço Social, Trabalho e Sociabilidade, Serviço Social e Processo de Trabalho, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social e Ética Profissional.

As Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social-ABEPSS de 1996, traz uma nova lógica curricular, que articula três Núcleos de Fundamentos, traduzindo um conjunto de conhecimentos constitutivos da formação profissional. 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da

formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. A proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS aponta para a formação de um perfil profissional com,

“capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais” (ABEPSS, 2014, p. 02-03).

Todos esses temas ou conteúdos são os que compõem a maioria das disciplinas obrigatórias dos cursos de graduação em Serviço Social do Brasil. A temática étnico-racial pode ser trabalhada de forma transversal em todas as disciplinas, mas isso tornaria o assunto muito subjetivo, dependendo da formação e da vontade dos professores.

A inserção ou não das disciplinas com a temática étnico-racial, como disciplinas obrigatórias, nos currículos dos cursos de Serviço Social podem também sofrer influência do contexto histórico e social de cada Estado e região. Por exemplo, as duas universidades que têm a disciplina com caráter obrigatório são os Estados (Bahia e Maranhão) com maioria da população negra, ou seja, de pessoas que se declaram pretas ou pardas, sendo a comunidade negra da Bahia de 79,7% e do Maranhão 79% em relação ao total de população em cada Estado (IBGE, 2022).

Um relatório elaborado por Tales Fornazier *et al* (2022) visando compreender a realização do debate étnico-racial em 36 Programas de Pós-graduação (30 públicos e 6 privados) do Serviço Social, sendo que 20 ou 55,6% deles com mestrado e doutorado e 16 ou 44,4% só com mestrado, aponta que dos 36 programas contactados, apenas 35 participaram das pesquisas. Uma das primeiras perguntas feitas foi sobre o gênero e autodeclaração étnico-racial sobre os coordenadores dos programas e, os dados obtidos, ficam claros na figura 1:

Figura 1: Perfil docente das coordenações dos Programas de Pós-Graduação





Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Fonte: Fornazier, 2022.

Verifica-se que o total de mulheres no comando dos programas de Pós-graduação é muito superior aos homens, chegando a 94,7%, enquanto os homens são apenas 5,3% do total de coordenadores. Já com relação aos números sobre a identidade étnico-racial, observa-se uma discrepância muito grande em relação ao número de pessoas que se autodeclararam brancas, com as outras raças/etnias, pois enquanto as pessoas que se autodeclararam brancas é de 68%, apenas 28,6% se autodeclararam negras, ou seja, pretas ou pardas. Verifica-se então a pouca diversidade étnico-racial compoendo os cargos de coordenação de cursos de pós-graduação em Serviço Social.

Logo abaixo, no gráfico 1, temos uma demonstração da realidade do total de professores vinculados a 35 Programas de Pós-graduação na área do Serviço Social.

Gráfico 1: Pertença étnico-racial das/os docentes dos Programas de Pós-Graduação da área.



Fonte: Fornazier, 2022.

O número total de professores vinculados aos programas de Pós Graduação na área do Serviço Social é de 600 docentes, sendo que 71, ou seja, 11,8% se autodeclararam descendentes de negros, indígenas ou quilombolas enquanto, a grande maioria, cerca de 88,2%, isto é, 529 se autodeclararam não pertencentes a essas raças/etnias. Os números ficam ainda mais claros quando se visualiza as diferenças étnico-raciais por região:

Gráfico 2: Pós-Graduação da área de Serviço Social por regionais da ABEPSS



Fonte: Fornazier, 2022.

Esses números demonstram que a realidade da falta de diversidade étnico-racial não está presente apenas nos coordenadores dos cursos, mas, sim, em todo o quadro docente e em todas as regiões do país e, isso é reflexo das “particularidades étnico-raciais e, inclusive, como o próprio racismo que se materializa no âmbito das universidades dessas regionais, considerando os processos seletivos de docentes, o ingresso e permanência nestes programas” (Fornazier, 2022, p. 16).

O Brasil por ter uma vida social estruturada a partir de contextos históricos de escravidão, colonização e desigualdades sociais e raciais, a questão étnico-racial no Serviço Social é uma dimensão crucial e complexa da prática profissional. A intervenção do assistente social diante dessas questões envolve tanto a compreensão das raízes históricas e estruturais do racismo quanto à implementação de estratégias que promovam a equidade racial e a justiça social, pois:

[...] a importância da questão étnico-racial no processo de formação do assistente social com a sua inclusão nos conteúdos de disciplinas e em atividades curriculares versando sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e dos conhecimentos de matriz africana e/ou que dizem respeito à população negra. Portanto, segundo a autora, a questão étnico-racial precisa atravessar de maneira central a formação do assistente social, para além de cumprir os avanços legais e o compromisso ético-político profissional com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, de acordo com os princípios do código de ética profissional do assistente social de 1993. Portanto, mantendo este diálogo com Rocha (2014) o debate da questão étnico-racial precisa compor de maneira central e transversal as disciplinas que compõem a formação profissional, com a perspectiva estrutural e estruturante que o racismo se encontra na sociedade brasileira (RISSI, 2021, p. 4).

A marginalização e discriminação em várias dimensões sociais, tais como, acesso à educação, saúde, emprego e moradia afeta diretamente a população negra brasileira. Os assistentes sociais, ao lidarem com essas populações, devem estar atentos às especificidades das demandas étnico-raciais, reconhecendo as diferentes formas de opressão e exclusão que afetam esses grupos. Isso implica um compromisso com a promoção de políticas públicas que visem à igualdade racial e à reparação histórica.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A prática do Serviço Social deve ser formada por uma perspectiva crítica e antirracista, que desafie as estruturas e práticas institucionais que perpetuam a desigualdade racial. Isso inclui a capacitação contínua dos profissionais para entender e combater o racismo, além da promoção de espaços de diálogo e participação das comunidades afetadas, garantindo que suas vozes e necessidades sejam plenamente consideradas na formulação e implementação de políticas, programas sociais e:

O necessário debate da questão étnico-racial efetiva-se na medida em que a mesma, sob o rigor da análise crítica da sociedade capitalista e seu processo de produção e reprodução, deve ser considerada como um dos eixos estruturais e estruturantes das relações sociais. Sobretudo, quando se tem por horizonte a superação desta sociabilidade, que alcança no atual estágio de crise do capital os patamares mais insustentáveis de vida, gerando a absurda contradição entre o modo de produção e o pleno desenvolvimento das condições de vida e usufruto coletivo do que é produzido por parte de seus/suas reais produtores/as. Desta forma, o debate étnico-racial possui de forma inequívoca uma profunda relação com a dimensão essencial do trabalho e da questão social. Ele se apresenta como mediação fundamental do objeto da profissão, qual seja, as diferentes expressões da questão social (VALDO; ELPIDIO, ROCHA, 2018, p. 16).

O assistente social deve atuar como um agente de transformação social, utilizando seu conhecimento e habilidades para questionar e alterar as dinâmicas de poder que sustentam a opressão racial. Isso pode envolver a mediação de conflitos raciais, a defesa de direitos em situações de racismo, discriminação e a promoção de iniciativas que valorizem a cultura e a identidade racial dos grupos marginalizados.

Em síntese, a questão étnico-racial no Serviço Social exige uma abordagem integrada e multifacetada, que considere as dimensões históricas, sociais, culturais e políticas do racismo. A profissão deve estar comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as pessoas, independentemente de sua raça ou etnia, tenham garantidos seus direitos e dignidade. Esse compromisso é fundamental para a efetivação de uma prática profissional ética e transformadora, capaz de contribuir para a erradicação do racismo e a promoção da equidade racial.

A importância da questão étnico-racial quilombola no Serviço Social.

Pode-se dividir, para fins de análise da questão étnico-racial, a história do Brasil em pelo menos dois períodos, o primeiro, marcado pela escravidão que se estende até 1888 (Moura,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1994) e, outro, que se inicia no período pós-escravidão, também no ano de 1888 e se estende até o presente momento, marcado pela consolidação do sistema capitalista (Gonçalves, 2018).

A estrutura social escravocrata é fortemente marcada pela dicotomia entre duas classes sociais fundamentais da produção escravista, que eram senhores e pessoas escravizadas. Nesse sentido, para Moura (1994):

Os antagonismos sociais, econômicos e éticos verificados nessa época, as convergências e divergências ideológicas e de comportamento que surgiram nessa sociedade são, fundamentalmente, decorrentes das posições estruturais e do dinamismo dessas duas classes no espaço social. (MOURA, 1994, p. 15).

Dessa maneira, o autor compreende a realidade do sistema escravista a partir de suas contradições estruturais, principalmente, por seguir a perspectiva marxista dialética de pensamento. Segundo Dennis Oliveira (2021), entender as contradições estruturais, ou os conflitos existentes nas relações raciais brasileiras parte do pressuposto da perspectiva da totalidade adotado por Clovis Moura onde “os fenômenos sociais estão inseridos em uma totalidade social que se manifesta histórica e socialmente de forma concreta, tendo como base as contradições sociais” (Oliveira, 2021, p. 147). Essa perspectiva da totalidade compreende que “o racismo é uma realidade social objetiva que está diretamente vinculada a determinações históricas” (Oliveira, 2021, p. 152).

Como as classes fundamentais para a estrutura social escravista eram os senhores e os escravizados, todas as outras classes, instituições, trabalhadores livres e autoridades estavam direta ou indiretamente subordinadas aos senhores. Sendo assim, “a dinâmica básica do sistema escravista e de sua superação estrutural está nos conflitos entre as classes que eram substantivas nesse modo de produção” (Moura, 1994, p. 17). O escravismo, conseqüentemente, o racismo, foram as molas propulsoras para o modo de produção que se estabeleceu no Brasil, inserida em uma economia internacional como colônia.

Como afirma Renata Gonçalves (2018, p. 515) houve “uma forte participação de escravizados(as) na luta antiescravista, levando ao colapso aquela ordem social”. Foi apenas através das fugas, formação de quilombos, revoltas, rebeldias, em suma, atos de resistência, que se constituíram as bases para que esse sistema e o modo de produção fossem extintos juridicamente no Brasil em 1888.

O quilombo representou uma alternativa viável à exploração e opressão escravista. À medida que o sistema escravocrata se fortalecia e se espalhava pelo território nacional, a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

resistência dos negros também crescia como sintoma da antinomia básica, típica de sociedades escravocratas. De fato, foram muitas as manifestações de revolta promovidas pelos negros: suicídios, assassinios dos senhores, guerrilhas, fugas individuais constantes etc. Entretanto, é o quilombo quem demarca a unidade básica e coletiva de resistência do povo negro (Moura,1987).

Os quilombos se formaram de diferentes formas e em diferentes períodos históricos, não apenas através da fuga e no período de escravidão. A estrutura básica dos quilombos históricos em nada representam as características dos “quilombos” na atualidade, a multidimensionalidade do fenômeno no Brasil deflagrou as diversidades de cada território quilombola, mas manteve as diretrizes pela qual cada um se formou: a luta por direitos e o reconhecimento identitário.

Muito tempo depois do período colonial, a partir da década de 1970, as lutas e reivindicações dos negros em favor de sua população, legitimaram-se como movimento social, vigorando na Constituição de 1988 a atualização do termo quilombo, aparecendo como categoria de autodefinição e reparação de acesso a direitos, com caráter de “remanescentes”: *“Quilombolas são grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias”*. (Instrução Normativa nº 49 do INCRA/2008).

Em 1998, a partir da luta dos movimentos negros, com a efetivação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da CF/88 e das legislações relacionadas (art. 215 e art.216 da CF/88, Decreto 4.887/ 2003, Decreto 6.040/ 2007 e Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT), a resignificação do conceito de quilombo, permitiu a validação de uma nova identidade afirmativa cujos direitos estão intrinsecamente ligados a identidade quilombola.

Com isso, as comunidades de remanescentes quilombolas, ofuscadas durante muito tempo pela historiografia oficial dos negros, isoladas e com déficit no reconhecimento dos seus direitos que foram negligenciados, passou a reivindicar juridicamente a efetivação dos direitos a territorialidade: propriedade de terra, identidade étnico-racial e cidadania.

É nesse contexto que surge a importância que essa discussão da questão étnico-racial quilombola esteja dentro do Serviço Social, pois como é válido salientar, essa discussão levou cerca de 80 anos para entrar no cerne da formação profissional do serviço social, mesmo após a promulgação do Código de Ética (CFESS, 93) da profissão que se propõe a não cooptar com nenhuma forma de preconceito. Entretanto:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O Serviço Social brasileiro, por sua vez, possui um projeto profissional que se construiu a partir da afirmação de um referencial teórico metodológico marxista e de uma direção ético-política comprometida com a luta da classe trabalhadora. Apesar de o código de ética do Serviço Social de 1993 reafirmar o combate a toda forma de opressão e discriminação e de as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), datadas de 1996, indicarem a incorporação de conteúdos sobre etnia e raça nos currículos, é notório que há uma lacuna no que tange ao estudo da questão étnico-racial brasileira na formação profissional em Serviço Social (SOARES, 2020, p. 53).

Ferrugem (2022), faz uma análise sobre as produções realizadas pelos membros da comunidade do Serviço Social durante o período que se estende de 2010 e 2021 e observa que as reflexões sobre as temáticas de raça/etnia ainda são muito baixas em relação ao valor total de produções, como a Revista Serviço Social e Sociedade, que é um dos principais periódicos da área, apenas 9 artigos, de um total de 372, abordam esse tema, sendo que 5 estão em uma mesma edição.

Silva (2017), ao analisar a mesma revista, afirma que o tema de gênero recebe 1,98% do total de artigos publicados, enquanto raça, apenas 0,66% de toda a produção e, artigos sobre raça e gênero apenas 0,08%, sendo apenas um artigo escrito. Oliveira (2017, p. 395), demonstra que nas instituições de ensino superior federal a maioria das matérias essenciais para a reflexão acerca da temática de gênero e raça são “matérias de caráter optativo. Com isso, os estudantes podem ou não as incluir no seu processo de formação, dificultando mais uma vez a possibilidade de uma formação mais plural sobre questões étnico-raciais”.

Em um levantamento feito em 2023, pela presente pesquisadora, em 7 revistas de Qualis A1 de Serviço Social, observou-se que artigos publicados com a temática quilombola representam apenas 1,05%, ou seja, apenas 28 artigos de um total de 2.654 publicações. Observa-se, no levantamento realizado, que a temática quilombola no Serviço Social ainda é pouco explorada e estudada e, que, deveria haver um aumento maior no número de publicações.

Os temas que tratam das resistências à escravidão, das formas de organização e luta dos povos escravizados são extremamente relevantes para a compreensão da história e do desenvolvimento social do Brasil, bem como para compreender o racismo estrutural. As estruturas econômicas e políticas do nosso país existem de formas profundamente desiguais que são o resultado de estruturas históricas baseadas na raça e que se refletem na vida cotidiana dos negros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que o principal objetivo deste artigo foi demonstrar a importância da temática étnico-racial quilombola dentro do Serviço Social para uma prática pautada na diversidade étnico-racial brasileira e uma melhor intervenção junto as comunidades quilombolas.

No primeiro tópico, verificou-se que a emergência do Serviço Social está atrelada aos impactos ocasionados pela Revolução Industrial em todas as dimensões da vida em Sociedade. A nova profissão surge no seio da classe média e alta e na Igreja Católica, com isso, muitos dos pensamentos sobre o fazer da profissão estavam ligados a filantropia.

Entretanto, o Serviço Social passou por vários períodos históricos que acarretaram mudanças na forma de se pensar e agir no Serviço Social. Incorporando uma reflexão marxista sobre a sociedade e o próprio Serviço Social, a profissão mudou de perspectiva e se concentrou em entender e intervir na questão social, por meio de ações pautadas na ciência e nos direitos humanos e sociais.

Por mais que a profissão tenha avançado em várias áreas, a questão étnico-racial que é estruturante da sociedade brasileira, ainda é um tema com pouca visibilidade dentro dos cursos de graduação e de pós-graduação de Serviço Social.

Neste contexto, precisamos considerar se o trabalho dos assistentes sociais está diretamente relacionado com as necessidades dos grupos negros que vivem em áreas rurais e urbanas, e, o combate ao preconceito, é um compromisso no código de ética profissional. No entanto, as discussões sobre raça, gênero e classe precisam permear eficazmente as grades curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação, pois as populações nas quais os profissionais de Serviço Social intervêm, como no caso dos quilombolas, são claramente marcadas pela cor, gênero e classe.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. *Projeto ABEPSS Itinerante. Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo nós e construindo alternativas*. mimeo, 2014.

BRASIL. **Lei 3.252**. Brasília, 1957.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei 8.662**. Brasília, 1993.

BRASIL. **Decreto nº 4.887**. Brasília, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**. Brasília, 2007.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CFEES - Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social/Lei 8.662/93**. CFEES, Brasília 2012.

COGGIOLA, Osvaldo. **Da Revolução Industrial ao Movimento Operário**. Porto Alegre: Pradense, 2010.

FERRUGEM, D. **Questão social e questão racial na formação em serviço social: debate necessário**. SER Social, Brasília, 2022.

FORNAZIER, Tales. **Relatório da pesquisa sobre a inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito da pós-graduação na área de Serviço Social nos últimos cinco anos (2017-2022)**. ABEPSS, Vitória, 2022.

GOIN, Marilea. **O Serviço Social e suas particularidades histórico-profissionais ao redor do mundo**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 141, p. 339-352, maio/ago. 2021.

GOMES, Maria. **Trajetória do Serviço Social e Políticas Públicas urbanas: retorno à prática de apoio à remoção de moradores de favelas?** XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 2015.

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. R. Katálysis Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

IAMAMOTO, Marilda. **80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mãe**. Serv. Soc. Soc. (128) • Jan-Abr 2017.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**, 9ª edição, São Paulo Cortez/ CELATS, 1993.

IAMAMOTO, Marilda; YAZBEK, Maria. **Serviço Social na História: América Latina, África e Europa** Ed. Cortez, 2019.

IAMAMOTO, Marilda. **A questão Social no Capitalismo** IN ABEPSS Temporalis. ABEPSS, Graflin, 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do Censo 2022**. IBGE, 2022.

MEC - Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social**. Brasília, 1999.

MOURA, Clóvis. **Dialética Racial do Brasil Negro**. São Paulo: Ed. Anita, 1994.

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, Denis. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. São Paulo: Ed. Dandara, 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

OLVEIRA, J. **Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais**. SER Social, Brasília, 2017.

RISSI, Rita. **O serviço Social e a questão étnico-racial na formação social brasileira: uma aproximação necessária**. X Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2021.

SILVA, Maria. **Organização Política do Serviço Social no Brasil: de “Era Vargas” a “Lula”**. Serviço Social & Realidade, Franca, 16(2): 267- 282, 2007.

SILVA, Ivone. **Questão Social e Serviço Social na formação sócio-histórica brasileira**. Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 261-278, jan./jun. 2013.

SILVA, J. **Serviço social, gênero e raça: a interseccionalidade desses temas nas Revistas Ser Social e Serviço Social & amp**; Sociedade. UNB, Brasília, 2017.

SILVA, Maria. **O serviço social radical nos Estados Unidos: fundamentos teórico-políticos, desenvolvimento, atualidade e perspectivas**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.19, n.2, p. 286-297, ago. / dez. 2019.

SOARES, Maria. **Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o serviço social**. Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 46, v 18, p. 52-57, 2020.

SOUZA, Maria; CRUZ, Annebelle; CRUZ, Luiz; SILVA, Anderson. **Um breve histórico sobre o surgimento do serviço social no mundo, no Brasil, no exército brasileiro e a contribuição da educação nesse processo**. REVISTA CADERNO PEDAGÓGICO - Studies Publicações e Editora Ltda., Curitiba, v.21, n.1, p. 2371-2384. 2024.

VALDO, João; ELPIDIO, Maria; ROCHA, Roseli. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. ABEPSS, Vitória, 2018.

SIGAA, consultados:

www.sigaa.ufpi.br; - www.sigaa.ufpb.br; - www.sigaa.ufma.br; - www.sigaa.ufrn.br.
www.sigaa.ufpe.br; - www.sigaa.ufba.br; - www.sigaa.ufse.br; - www.sigaa.ufal.br.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**